

Capítulo 7

ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS DO CONTROLE BIBLIOGRÁFICO:

das abordagens tradicionais às virtuais

Terezinha de Fátima Carvalho de Souza

Bernadete Santos Campello

O SURGIMENTO DO IDEAL DO CONTROLE BIBLIOGRÁFICO

Em sentido amplo, o conceito de controle bibliográfico pressupõe um domínio completo sobre os materiais que registram o conhecimento. Esse controle foi sempre almejado pelo homem, podendo ser percebido em diversos momentos da história, como, por exemplo, no empenho de Ptolomeu I (367 a.C. - 283 a.C) em adquirir todos os manuscritos existentes naquela época para compor a coleção da Biblioteca de Alexandria. O trabalho de bibliógrafos como Conrad Gesner (1516-1565), que com sua *Bibliotheca Universalis* pretendia reunir referências de todos os livros publicados no mundo, também reflete esse desejo de completude, assim como

o de Michael Maittaire (1668-1747), Gotlieb Georgi (1729–1802), Jacques-Charles Brunet (1780-1867), por exemplo.

Tentativas específicas de controlar a literatura científica na sua totalidade também ocorreram desde o século XVII e podem ser exemplificadas pelo trabalho de Paul Otlet (1906-1984) e Henri La Fontaine (1863-1944), que criaram, em 1896, o Instituto Internacional de Bibliografia com a finalidade de organizar o *Repertoire Bibliographic Universel*. Mas em nenhuma dessas empreitadas a exaustividade pretendida foi alcançada.

As dificuldades para se atingir esse ideal foram se acumulando em virtude de diversos fatores, tais como o aumento da produção bibliográfica, o surgimento de diferentes formas de documentos, enfim, pela complexidade cada vez mais crescente do universo informacional.

As iniciativas de controle começaram a se fragmentar quando teve início a criação de serviços e produtos de forma casual, de acordo com os recursos disponíveis no momento, para atender às necessidades específicas de comunidades científicas, sem se preocupar com o panorama mais geral da comunicação social. Jesse Shera (1903-1982), bibliotecário norte-americano e pensador da Biblioteconomia, foi um dos principais críticos dessa fragmentação, que ele via

como um problema que carecia, para a sua solução, de uma ação coordenada, embasada na compreensão ampla da questão.

Em um artigo intitulado *Bibliographic Management*, publicado em 1951 no periódico *American Documentation*, Shera propôs um modelo para uma estrutura bibliográfica articulada, enfatizando a necessidade de um gerenciamento eficiente que incluísse o planejamento, a execução e a avaliação dos serviços. O modelo previa uma organização bibliográfica em três níveis: geral, particular e interno.

O nível geral refere-se ao controle dos materiais que interessassem ao país como um todo. Seria um controle bibliográfico de dimensão nacional, que beneficiaria o conjunto dos cidadãos, sendo, portanto, de responsabilidade do governo. A administração seria realizada por um órgão coordenador formado por representantes de todos os segmentos sociais interessados na questão. As bibliografias nacionais seriam as representantes desse nível.

O nível particular diz respeito ao controle bibliográfico de materiais de interesse relativos a determinado grupo, destinado a atender às suas necessidades específicas e, conseqüentemente, seria financiado pelo próprio grupo. As bibliografias temáticas especializadas e os repositórios institucionais, que vêm sendo produzidos principalmente por universidades, podem ser considerados como

representantes do nível particular de controle bibliográfico.

O nível interno, embora não detalhado por Shera, parece se referir ao trabalho de bibliotecas e outras unidades de informação que, no âmbito das organizações a que servem, coletam e controlam as informações de seu interesse.

Ao propor essa estrutura, Shera insistia nos princípios delineados no texto de 1951, ou seja, na necessidade de um sistema bibliográfico planejado e articulado, que garantisse a comunicação entre especialistas, grupos de especialistas e especialistas e a sociedade.

A sustentação teórica para esse modelo foi apresentada no ano seguinte, por meio de um artigo intitulado *Foundations of a Theory of Bibliography*, publicado em 1952, que se tornou um clássico na Biblioteconomia. Shera, em co-autoria com Margaret Egan (1905–1959), retomou a crítica à fragmentação com que os serviços bibliográficos que se dedicavam ao controle da literatura das áreas científicas estavam sendo criados e se desenvolviam. Os dois autores tornaram a enfatizar a necessidade de um sistema bibliográfico unificado e totalmente articulado. Nessa perspectiva unificadora, que eles denominaram de “macrocósmica”, o sistema bibliográfico era visto como um dos instrumentos da comunicação social e esta, por sua vez, como um instrumento da organização e da ação social. Segundo Egan e

Shera (1952), a miscelânea de serviços bibliográficos existentes na época era o resultado de uma visão “microcós mica” do problema, em que cada bibliografia era concebida como um instrumento separado, com pouca ou nenhuma relação com outras, permitindo apenas uma visão parcial do fluxo total da comunicação científica. Eles argumentavam que o sistema bibliográfico, de forma semelhante a um sistema ferroviário de transporte de mercadorias, constituía um veículo para o transporte de ideias e informações, devendo, portanto, ser também totalmente articulado, com interligação de todos os seus componentes. Essa articulação possibilitaria então a comunicação em três níveis: dentro de cada grupo especializado, entre diferentes grupos e entre esses grupos e a sociedade como um todo. O arcabouço teórico para os estudos e pesquisas que permitiriam atingir esse ideal de organização bibliográfica estaria em uma disciplina que os autores denominaram de *epistemologia social*⁶².

No artigo de 1951, Shera havia concordado com a ideia de Verner Clapp (1901–1972), bibliotecário da Library of Congress, nos Estados Unidos, que no ano anterior, em um trabalho realizado para a UNESCO, afirmara que os problemas complexos na criação de um sistema bibliográfico internacional poderiam ser resolvidos por meio da técnica e da cooperação.

Na verdade, os mecanismos para a organização bibliográfica, que vinham sendo criados desde o aparecimento das bibliotecas na Antiguidade⁶², já estavam suficientemente desenvolvidos para sustentar tecnicamente a proposta feita pela UNESCO na década de 1970, de implementação do programa denominado Controle Bibliográfico Universal.

A IMPLEMENTAÇÃO DO CONTROLE BIBLIOGRÁFICO UNIVERSAL

Em 1977, durante um congresso realizado em Paris, e com base em um minucioso estudo sobre a situação da organização bibliográfica de diversos países, a UNESCO aprovou diretrizes para se alcançar o ideal do Controle Bibliográfico Universal: reunir e tornar disponíveis, em âmbito universal e de maneira eficiente, a produção bibliográfica de todos os países (INTERNATIONAL, 1977).

A proposta tinha como base a organização bibliográfica nacional, isto é, a ideia de que cada país interessado em alcançar o controle bibliográfico seria o responsável pelas ações e iniciativas necessárias. Essas ações envolveriam, basicamente, a descrição das publicações originadas no país e sua divulgação na bibliografia nacional. Os instrumentos para sustentar essas ações seriam aqueles já presentes em empreendimentos bibliográficos anteriores, alguns deles existentes há longo tempo, como a própria bibliografia nacional, o depósito legal, a biblioteca

nacional, a catalogação na publicação e a padronização da descrição bibliográfica, além da agência bibliográfica nacional, conceito que enfatizava a ideia de uma estrutura gerencial específica para operacionalizar o controle bibliográfico. A isso foram acrescentados novos mecanismos, como os sistemas de identificação numérica de documentos (ISBN, ISSN, ISAN etc.), criados mais recentemente para atender as demandas das aplicações tecnológicas.⁶³

Ao longo dos anos, esse conjunto de recomendações levou ao desenvolvimento de estruturas bibliográficas mais sólidas, contribuindo para a formação de coleções nacionais abrangentes. No entanto, não foi suficiente para garantir a disponibilidade universal dessas coleções, já que as bibliografias nacionais, que seriam o instrumento adequado para esse fim, foram interrompidas em diversos países onde ainda não eram consolidadas, como no Brasil. Nesse caso, a Biblioteca Nacional, responsável pela produção da *Bibliografia Brasileira*, atualmente disponibiliza apenas seu catálogo que, embora possibilite o acesso ao acervo da instituição, não representa a produção bibliográfica do país, cujos registros ficam diluídos na base de dados, perdendo-se o conceito de bibliografia nacional. No entanto, a bibliografia nacional continua a ser um instrumento de inegável importância para inventariar a produção intelectual de um país.

Para países em desenvolvimento, o ideal do controle bibliográfico e a consequente produção de suas bibliografias nacionais continuam sendo um objetivo a ser alcançado. A implementação das recomendações feitas pela UNESCO, em 1977 ainda parece ser fundamental para resguardar a cultura nacional, e a bibliografia nacional pode ser o instrumento que garantirá o registro permanente da produção intelectual desses países, apesar das dificuldades envolvidas com sua produção.

Em países da África, por exemplo, embora as atividades de controle bibliográfico tenham se desenvolvido de modo casual ao longo dos anos e poucos países contem com uma bibliografia nacional, ainda se busca alcançar o controle bibliográfico por meio de instrumentos tradicionais, como a bibliografia nacional e o depósito legal, associados, evidentemente, a aplicações tecnológicas. O panorama do controle bibliográfico no continente africano é um exemplo dos problemas que são comuns a outros países, como: o lento avanço na utilização de tecnologias da informação, devido a falta de recursos, a carência de softwares adequados para a automação de processos e a falta de cooperação entre bibliotecas na aquisição de softwares que permitam a formação de redes regionais, o que dificulta o intercâmbio de dados. Outros problemas são a fragilidade das leis de depósito legal e a não submissão de editores e autores a essas leis (IGBASHAL; TSEGBA, 2012).

Alguns caminhos são sugeridos para o aperfeiçoamento do controle bibliográfico nos países do continente africano: digitalização urgente e ampla de materiais impressos; utilização, pelas agências de controle bibliográfico, de catálogos e outros materiais de divulgação produzidos por editoras comerciais, para identificar material passível de depósito legal; formação de consórcios para a criação de catálogos coletivos nacionais, como fizeram Nigéria, Gana e África do Sul; elaboração de projetos para criação de bibliotecas virtuais; criação de bases de dados em CD-ROM, para suprir a escassez de redes e de outras formas de tecnologias de informação e, finalmente, o estabelecimento de redes que conectem bibliotecas e centros de informação, já que se sabe que o sucesso do controle bibliográfico depende fortemente de cooperação (IGBASHAL; TSEGBA, 2012).

A Índia é outro país cuja bibliografia nacional é significativa, por refletir sua complexa herança cultural, constituindo a fonte de informação mais importante para bibliotecários, pesquisadores, editores, livreiros, catalogadores etc. (AHAS; BANERJEE, 2013). A lei de depósito legal do país, o *Delivery of Books Act*, de 1954, definiu que uma cópia de cada livro fosse depositada na biblioteca nacional, sediada em Calcutá, e em três outras bibliotecas públicas. Em 1956, a lei foi modificada e passou a exigir o depósito de periódicos e jornais. Esse fato foi considerado por

Ahas e Banerjee (2013) como mais um passo para a consolidação da bibliografia nacional, possibilitando reunir material nas 13 línguas indianas reconhecidas pela constituição do país, e no inglês. Apesar de algumas interrupções, após sua completa informatização, a bibliografia nacional indiana é publicada mensalmente e regularmente desde o ano 2000. Percebe-se, portanto, que instrumentos tradicionais de controle bibliográfico continuam úteis.

As recomendações propostas pela UNESCO, em 1977, foram revistas em 1998, num encontro internacional, organizado pela IFLA, que teve como principal finalidade apontar diretrizes para as questões do controle bibliográfico que estavam sendo impactadas pelo desenvolvimento da internet. Entretanto, as propostas para modificações das recomendações foram mínimas, limitando os participantes a reforçar as recomendações de 1977, talvez pelo fato de que havia, na ocasião, poucas experiências práticas de inclusão de documentos virtuais nas bibliotecas nacionais. Atualmente, essa situação está diferente, e as bibliotecas nacionais de alguns países, principalmente aqueles com práticas de controle bibliográfico mais consolidadas, já estão buscando soluções para lidar com o grande volume de documentos virtuais, característico do universo informacional contemporâneo.

OS DOCUMENTOS VIRTUAIS E O CONTROLE BIBLIOGRÁFICO

O ideal do controle bibliográfico continua vivo e talvez até mais imprescindível no universo das publicações virtuais. Em primeiro lugar, não se pode ignorar o fato de que muitos dos instrumentos criados ao longo do tempo para o domínio da literatura em forma impressa estão se mostrando adequados e importantes para a aplicação nesse campo. Projetos que vêm sendo desenvolvidos pela IFLA, por exemplo, relacionados à padronização da descrição de documentos em todos os formatos, incluindo um modelo conceitual, o *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), que proporciona sustentação teórica para as aplicações, constituem uma amostra dessa vitalidade.

A tecnologia trouxe modificações enormes para a questão do controle bibliográfico, tirando a biblioteca nacional do centro da cena como principal agente da organização bibliográfica. Embora o programa de Controle Bibliográfico Universal prevesse a parceria de diversos agentes, envolvendo órgãos governamentais e organizações privadas, o que se vê atualmente não é apenas a inclusão de novos parceiros, mas uma mudança nos próprios princípios que regeram o conceito de controle bibliográfico vigente na era do impresso.

Várias iniciativas que vêm sendo realizadas reforçam a relevância do controle bibliográfico, podendo ser citada a criação, pela *Library of Congress*, do *Working*

Group on the Future of Bibliographic Control, em 2006 (LIBRARY, 2006). Em janeiro de 2008, o grupo apresentou o relatório denominado *On the Record* (LIBRARY, 2008), que elaborou uma análise abrangente do atual contexto informacional, enfatizando a necessidade de ações de controle bibliográfico. Os seguintes pontos foram mencionados no relatório:

- O universo bibliográfico inclui, hoje, uma variedade enorme de materiais composta por publicações adquiridas pelas bibliotecas, por materiais que algumas bibliotecas têm licença de uso, por materiais digitais disponíveis em redes públicas e por materiais que podem estar disponíveis em apenas uma única biblioteca;
- Os materiais são descritos muitas vezes, sem uniformidade, por meio de processos diferentes, e oferecidos aos usuários separadamente, em contextos diferentes. Eles seriam mais bem atendidos se os materiais fossem oferecidos no âmbito de uma filosofia unificadora de controle bibliográfico, conforme sugerido por Egan e Shera (1952);
- Diferentes comunidades de práticas bibliográficas têm surgido em torno de diferentes tipos de recursos: coleções de bibliotecas formadas por livros e periódicos, arquivos, artigos de periódicos e objetos de museus e imagens. Como

esses e outros recursos vêm se tornando cada vez mais acessíveis pela *web*, a separação das comunidades de práticas que os gerenciam não é mais desejável, sustentável ou funcional. O controle bibliográfico está se tornando cada vez mais uma questão de gerenciar relações, sobre trabalhos, nomes, conceitos e descrição de objetos por meio das comunidades, com a utilização de padrões comuns que facilitem a interoperabilidade entre os sistemas:

- Consistência de descrição dentro de apenas um ambiente, como o catálogo de biblioteca está se tornando menos significativo do que a habilidade de fazer conexões entre ambientes: Amazon para WorldCat para Google para PubMed para Wikipedia, com os serviços bibliotecários tornando-se um nó de conectividade na web. No atual ambiente, controle bibliográfico não pode continuar a ser visto como limitado apenas aos catálogos de bibliotecas (LIBRARY, 2008, p. 7).

Embora a catalogação deva continuar a ter um papel chave no controle bibliográfico, hoje há várias outras fontes de dados que podem ser organizadas para fornecer acesso ao universo informacional. Daí a necessidade de que a função do controle bibliográfico distribuída e não centralizada. Qualquer coleção de dados eletrônicos, dos catálogos de bibliotecas a coleções de textos completos, pode ser pesquisada com o uso de sistemas automatizados e, mesmo não tendo sua origem

na biblioteca ou em seus sistemas, pode ser vista como ferramenta para atender o usuário da biblioteca.

Com base nessa análise, o grupo de trabalho sobre o futuro do controle bibliográfico, já mencionado, apresentou então o que seria uma redefinição do universo bibliográfico, ressaltando que o acesso à informação, anteriormente visto como um bem público, sem fins lucrativos, hoje é considerado também uma mercadoria, nas mãos de organizações que possuem mais capacidade financeira que as bibliotecas. Diante desse cenário, o compartilhamento e a cooperação internacional continuam fundamentais para o alcance dos objetivos do controle bibliográfico.

A menos que a comunidade das bibliotecas fortaleça sua participação, expanda seu envolvimento e desenvolva meios de usar os recursos que cada um tem a oferecer, os dados das bibliotecas ficarão isolados das outras comunidades como editores, autores, provedores de serviços de informação e usuários finais que estão engajados em acessar e fazer uso de informação bibliográfica (LIBRARY, 2008).

O relatório finaliza propondo um novo papel para a *Library of Congress*, visando a elevação da eficiência da produção dos registros bibliográficos, conforme apresentado a seguir:

- a) eliminar redundâncias: sendo a produção editorial originalmente eletrônica, então muitos dos metadados da publicação já poderiam ser fornecidos pelos próprios editores;
- b) aumentar a possibilidade de distribuição da responsabilidade pela produção dos registros bibliográficos;
- c) elevar o acesso a materiais únicos e raros (não só bibliográficos), utilizando-se a digitalização como facilitadora desse processo;
- d) integrar a consulta e o acesso a materiais únicos e raros a outros materiais da biblioteca;
- e) encorajar a digitalização para permitir o acesso amplo;
- f) compartilhar acesso a materiais únicos.

Do ponto de vista da tecnologia, o relatório identifica a *web* como infraestrutura, mencionando que o formato MARC, baseado em uma tecnologia que já passa dos 45 anos, é utilizado somente pelas bibliotecas, dificultando a interação dos usuários com os catálogos através da internet.

Em 2006, no artigo *Cataloguing and the "third way": an essay on bibliographic control in the digital age*, Michael Gorman (1941-)⁶⁴, ao reconhecer os metadados como *"the third way"*, afirmava que os princípios de catalogação e os

padrões gerais já desenvolvidos nos níveis internacional, regional e nacional eram perfeitamente adequados para descrever os recursos eletrônicos. O passo seguinte, segundo Gorman (2006), seria a criação de regras efetivas e práticas (conteúdo e estrutura) e interpretações baseadas naqueles princípios e padrões, mantendo a importância da coerência e do controle de vocabulário do conteúdo. O autor cita um comentário, ouvido no *Canadian Metadata Forum*⁶⁵, de que uma das consequências pelas quais várias comunidades diferentes estejam interessadas nos metadados é que passa a existir uma grande variedade de padrões e formatos em uso ou em desenvolvimento. Day (*apud* Gorman, 2006) exemplifica as comunidades como sendo: catálogos de bibliotecas, serviços de indexação e resumos, serviços de busca, documentação museológica e também outras áreas que têm interesse nos metadados, por exemplo, desenvolvedores de softwares, editoras, gravadoras, empresas de televisão, produtores de conteúdos educacionais digitais e aqueles envolvidos com sistemas de informação geográfica, via satélites.

Com base nessas reflexões, Gorman (2006) apresentou a seguinte questão: o que fazer para fornecer acesso aos recursos eletrônicos, particularmente aqueles recursos na internet e na *web* de vida curta, efêmeros e fora do alcance e controle de qualquer organização? Segundo ele, há apenas três respostas. Primeiramente, pode-

se deixar tudo isso a cargo dos motores de busca disponíveis na internet. A segunda possibilidade seria identificar aqueles recursos eletrônicos de valor, que seriam catalogados e preservados, aplicando-se os princípios e os padrões de catalogação para mantê-los sob controle. A terceira possibilidade seria a utilização de metadados, que busca combinar rapidez e menores custos com precisão e revocação. No entanto, Gorman (2006) considera que talvez não haja esse terceiro caminho. Os metadados deverão escolher entre ser uma forma relativamente barata de intensificar as buscas com o uso dos motores, adicionando palavras-chave relevantes, ou evoluir para um sistema de catalogação de recursos digitais, que seja firmemente baseado nos princípios e padrões de catalogação de bibliotecas que foram refinados por quase 200 anos e se mostraram adaptáveis para todos os formatos.

Atualmente, outro exemplo de iniciativa, para fomentar o controle bibliográfico, são as ações de países nórdicos⁶⁶ que, conectados por herança, língua e cultura, desenvolvem várias práticas cooperativas no âmbito das bibliotecas. A cooperação entre as bibliotecas nesses países tem sua base nos recursos humanos e culturais peculiares à região, transcendendo, portanto, os aspectos políticos, visando às ações que incluam a troca de informação entre as bibliotecas

nacionais, discussões de temas de interesse mútuo e o trabalho coletivo das associações de bibliotecas.

A Federação Nórdica de Bibliotecas de Pesquisa (NUBF) tem como principal objetivo fortalecer a cooperação entre as bibliotecas, por meio da promoção de encontros, conferências e outras atividades (KNUTSEN, 2006). No âmbito da informação eletrônica e digital, a criação do fórum *The Nordic Web Archive*, formado pelas bibliotecas nacionais da região, para coordenação das decisões e troca de experiências, pode ser citado como um exemplo dessa ação coletiva. O fórum vem desenvolvendo ferramentas de coleta e arquivamento de documentos virtuais. As bibliotecas têm como abordagem, para a coleta, as terminações como o domínio nacional de seu espaço, ou seja, *dk* para a Dinamarca, *fi* para a Finlândia e *no* para a Noruega. Em complemento alguns países coletam outros recursos nacionais, externos (com domínios *.com e .org*) e também documentos depositados pelos editores.

É interessante observar que, embora as leis de depósito legal dos países nórdicos ainda estejam sendo revistas para definir a inclusão de documentos virtuais, esses documentos, na prática, já são objetos de controle bibliográfico. A frequência de coleta dos documentos virtuais varia de uma a quatro vezes ao ano.

Alguns materiais, como os jornais, são baixados diariamente. Em termos de descrição bibliográfica, boa parte dos documentos virtuais não será catalogada e será recuperada diretamente pelos motores de busca. Todas as agências bibliográficas nacionais oferecem descrição bibliográfica dos recursos eletrônicos, sejam eles fixos (CD-Rom) ou de acesso remoto. A criação de um registro catalográfico padrão é o procedimento normal para o material que é incluído na bibliografia nacional, variando em níveis de profundidade. Nas bibliotecas nacionais da Finlândia, da Suécia, da Dinamarca e da Noruega, o nível de profundidade inclui monografias, relatórios de pesquisa, livros e periódicos científicos online, mapas e recursos eletrônicos permanentes. Atualmente, nenhum país nórdico publica sua bibliografia nacional em formato impresso, mas apenas no formato web.

Knutsen (2006) mostra que o trabalho colaborativo tem contribuído sobremaneira para a evolução do controle e da organização bibliográfica nos países nórdicos, mas, como ele próprio analisa, se esses países são similares em muitos aspectos, também apresentam claras diferenças e, portanto, não é fácil - ou mesmo recomendável - fazer generalizações a respeito das melhores práticas de controle bibliográfico.

A questão da inclusão de sites da internet na bibliografia nacional vem sendo discutida desde o início do século XXI. Marcelle Beaudiquez (2002) defendeu essa inclusão argumentando que o conteúdo dos sites da internet constitui parte importante da memória nacional, com valor para ser coletado, identificado, preservado e comunicado, e passível de ser incluído na bibliografia nacional. Diversas experimentações vêm sendo feitas em vários países para testar a coleta e o registro de *websites*, o que vai exigir novas leis, ou a revisão das leis já existentes que regulam o depósito legal, que leve em conta, de acordo com Beaudiquez (2002) signos, sinais, escritos, imagens, sons ou mensagens de todo tipo, que fazem parte da comunicação virtual. Segundo a autora, esse era o princípio que regia a inclusão de materiais na futura lei de depósito legal da França, que estava sendo discutida naquela ocasião.

Partindo do princípio de que esses recursos fazem parte do escopo do controle bibliográfico universal, e que deverão ser coletados por meio do depósito legal, eles irão, naturalmente, ser registrados na bibliografia nacional corrente. O controle bibliográfico universal, baseado no princípio da responsabilidade nacional, quanto à questão de coletar e inventariar materiais, não pode ser automaticamente transportado para o mundo virtual, visto que a Internet, na qual se encontra a

distribuição dos documentos, tem uma dinâmica diferente. Com os documentos tradicionais, a bibliografia nacional corrente garante, imediatamente, uma identificação perpétua, porque a unidade física descrita é estática e qualquer modificação no conteúdo desses documentos irá gerar uma nova edição, novos depósitos, e eles serão novamente identificados. *Websites*, por outro lado, são recursos dinâmicos, que podem ser frequentemente modificados e atualizados (BEAUDIQUEZ, 2004).

Beaudiquez (2004) lembra que o controle bibliográfico universal tem sido baseado também no princípio da exaustividade, mas que, mesmo para os documentos tradicionais, no sentido prático, pensa-se em uma exaustividade racional ou mesmo razoável. Por exemplo, algumas leis de depósito legal já introduziram o princípio de seleção, no que diz respeito a certos tipos de documentos como, por exemplo, programas de rádio e de televisão. Mesmo assim, o *Institut National de l'Audiovisuel* da França, apontado como um dos possíveis responsáveis pela coleta e manutenção de materiais audiovisuais da internet, já identificou cerca de cinco mil rádios e televisões online como sendo passíveis de compor a coleção nacional francesa. A lei de depósito legal da França foi atualizada em 24 de julho de 2009, através da *Ordenance no. 2009 -901* relativa ao código de

cinema e animações.

A coleta de *websites* por meio do depósito legal não implica em nenhuma ação dos editores, diferentemente do depósito legal tradicional, em que eles são, geralmente, os responsáveis pelo envio. A coleta de *websites* é feita na França de forma automática, com a utilização do Robot Heritrix, software livre criado pelo *International Internet Preservation Consortium* - IIPC, cuja última versão é a 3.1.1 (maio 2012).

O IIPC foi formalmente estabelecido na Biblioteca Nacional da França, em 2004, com a missão de adquirir, preservar e tornar acessível o conhecimento e a informação da internet para as futuras gerações em qualquer lugar, promovendo trocas globais e relações internacionais. Seus objetivos são: a) permitir que conteúdos da Internet sejam preservados, de forma que possam ser arquivados, protegidos e acessados ao longo do tempo; b) agilizar o desenvolvimento e o uso de ferramentas técnicas e de padrões que permitam a criação e compartilhamento de arquivos internacionais; c) encorajar e oferecer suporte para que as bibliotecas nacionais de qualquer país colem e registrem sites da internet, visando sua preservação.

Fazem parte do consórcio IIPC, como membros, bibliotecas nacionais de vários

países e organizações sem fins lucrativos, como a Biblioteca de Alexandria, o *International Council on Archives*, a *Internet Memory Foundation* e o *The National Archives*, organização que reúne os arquivos nacionais do Reino Unido. Até o momento, nenhuma biblioteca nacional da América Latina ou do continente africano faz parte desse consórcio.

A PERMANÊNCIA DO IDEAL DO CONTROLE BIBLIOGRÁFICO UNIVERSAL

O ideal do Controle Bibliográfico Universal foi reafirmado pela IFLA em 2012, por meio de um documento intitulado *Professional Statement on Universal Bibliographic Control*. Nele, a IFLA confirma o papel da agência bibliográfica nacional como responsável pela elaboração e pelo compartilhamento dos registros bibliográficos dos materiais produzidos no país, e se coloca como líder na manutenção dos princípios e dos padrões para descrição bibliográfica, enfatizando o compartilhamento dos registros e a necessidade de trabalho em parceria com instituições diversas para a criação coordenada de novos padrões que garantam compatibilidade dos dados e, conseqüentemente, seu acesso irrestrito. Assim, parece que a comunidade biblioteconômica continua envolvida com o compromisso de contribuir para que os registros do conhecimento estejam disponíveis de maneira eficiente para o conjunto dos cidadãos, perseguindo o ideal do Controle

Bibliográfico Universal.

A fragmentação do universo informacional, criticada por Margaret Egan e Jesse Shera em meados do século passado, continua presente, com mais força, no ambiente virtual. Mas ela pode ser minimizada por meio dos instrumentos criados para a organização do aparato bibliográfico impresso (LAW, 1998), acrescidos dos conhecimentos propiciados pelas pesquisas que vem sendo produzidas na Ciência da Informação e por iniciativas pautadas na colaboração.

Em 2002, Marcelle Beaudiquez já afirmava que as atividades de catalogação dos bibliotecários seriam auxiliadas pela máxima automação para extração dos elementos descritivos e pela máxima reutilização dos elementos descritivos enviados por autores e editores. Esses profissionais também seriam capazes de concentrar seu trabalho na criação e controle de *links* para arquivos de autoridade, na indexação e na coordenação bibliográfica.

Assim, pelas evidências encontradas na literatura pesquisada, é possível confirmar a permanência e a relevância do controle bibliográfico universal em uma base de cooperação e colaboração para a preservação da cultura nacional para futuras gerações. E também é possível concordar com a *Library of Congress*, que afirma ser o futuro do controle bibliográfico um empreendimento colaborativo,

descentralizado, com escopo internacional e baseado na web.

REFERÊNCIAS

AHAS, Shahina P.; BANERJEE, Swapna. *The Indian National Bibliography: today and tomorrow*. In: IFLA WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS, 79. 2013, Singapore. Disponível em: <<http://library.ifla.org/119/1/143-ahas-en.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2013.

BEAUDIQUEZ, M. The perpetuation of national bibliographies in the new virtual information environment. *IFLA Journal*, v. 30, n. 1, p.24 - 30, 2004. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/V/iflaj/ij-1-2004.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2013.

BEAUDIQUEZ, M. What will be the usefulness of national bibliographies in the future? *IFLA Journal*, v. 28, n. 1, p. 28-30, 2002. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/V/iflaj/art2801.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2013.

CAMPELLO, Bernadete. *Introdução ao controle bibliográfico*. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. Disponível em: <<http://www.briquetdelemos.com.br/edicoes-em-pdf/introduc-o-ao-controle-bibliografico-baixar-em-pdf.html>>. Acesso em: 05 out. 2013.

EGAN, Margaret E.; SHERA, Jesse H. Foundations of a theory of bibliography. *Library Quarterly*, v. 22, n. 1, p. 125-137, 1952.

GORMAN, Michael. Cataloguing and the "Third Way": an essay on Bibliographic Control in the Digital Age. *Journal of Library and Information Science*, v. 32, n.1, p. 5-10, April 2006.

Disponível em: <<http://journaldatabase.org/journal/issn0363-3640>>. Acesso em: 25 set. 2013.

IGBASHAL, A. A.; TSEGBA, J. F. Bibliographic control of publications: the impact on African countries. *Library Philosophy and Practice*, 2012. Disponível em: <<http://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1760&context=libphilprac>>. Acesso em: 22 mai. 2013.

INTERNATIONAL CONGRESS OF NATIONAL BIBLIOGRAPHIES, 1977, Paris. *The national bibliography: present role and future developments*. Paris: UNESCO/IFLA, 1977.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. *Professional Statement on Universal Bibliographic Control*. IFLA, 2012. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/bibliography/Documents/IFLA%20Professional%20Statement%2>>. Acesso em: 09 out. 2013.

KNUTSEN, Unni. Bibliographic control in the Nordic countries. *IFLA Journal*, v. 32, n. 1, p. 5-12, 2006.

LAW, Derek. Access to the world's literature: the global strategy. *Library Review*, v. 47, n. 5/6, p. 296-300, 1998.

LIBRARY OF CONGRESS. Working Group on the Future of Bibliographic Control. *Inaugural Meeting: Meeting Summary, Decisions, and Action Items*. Nov. 3, 2006. Disponível em: <<http://www.loc.gov/bibliographic->

future/meetings/docs/LCWGMinutes110306final.pdf>. Acesso em: 04 out. 2013.

LIBRARY OF CONGRESS. *On the record: report of the Library of Congress Working Group on the Future of Bibliographic Control*. Jan. 9, 2008. Disponível em: <<http://cdm16064.contentdm.oclc.org/cdm/ref/collection/p266901coll4/id/1399>> Acesso em: 04 out. 2013.

SHERA, Jesse H. *Bibliographic management*. *American Documentation*, v. 2, n. 1, p.47-54, 1951.

SHERA, Jesse H. Social epistemology, general semantics and librarianship. *Wilson Library Bulletin*, v. 35, n. 10, 1961.

⁴⁵ A epistemologia social seria, segundo Shera, uma disciplina que funcionaria como uma “força coesiva”, capaz de articular o conhecimento humano, que, por força de seu volume e complexidade, tende atualmente à interdependência e à fragmentação. Essa disciplina teria como objeto de estudo os meios pelos quais o conhecimento é coordenado e integrado dentro de uma organização social complexa (SHERA, 1961).

⁴⁶ O catálogo da Biblioteca de Alexandria, por exemplo, organizado por Calímaco (a.C. 305 – a.C. 240 a. C.) pode ser visto como um instrumento de controle bibliográfico, constituindo a primeira iniciativa de padronização da descrição de documentos.

⁴⁷ Sobre o assunto, ver em Campello (2006).

⁴⁸ Michel Gorman foi o editor da segunda edição do código de catalogação Anglo-American Cataloguing Rules, de 1978 e da revisão desse código em 1988.

⁴⁹ Realizado em Ottawa, em setembro de 2005, sob a coordenação da *Library and Archives Canada*.

⁵⁰ Escandinávia (Dinamarca, Suécia, Noruega), Islândia, Finlândia e ainda três territórios, sendo dois pertencentes

à Dinamarca e um à Finlândia.